

## O CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E O DESAFIO DO TRABALHO SOCIAL COM FAMÍLIAS DE VÍNCULOS FRAGILIZADOS

Débora Araújo Leal  
Veronica Alves dos Santos Conceição  
Janete Moura Teixeira

### RESUMO

O objetivo desse estudo bibliográfico foi analisar o desafio do acolhimento às famílias com vínculos familiares fragilizados no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS. Foram consultados os seguintes instrumentos legislativos: Constituição Brasileira, Lei Orgânica de Assistência Social, Estatuto da Criança e do Adolescente, Estatuto do Idoso e Política Nacional de Assistência Social. A partir da literatura os resultados são organizados nas seções Configuração da Família na Atualidade; Política Nacional de Assistência Social e a Matricialidade da Família; Modalidade de Trabalho Social desenvolvido no CRAS. O estudo mostrou que, desde a criação da LOAS e a aprovação da PNAS muitos avanços foram alcançados na área da assistência social. Mas, muito ainda precisa ser feito. A dimensão do trabalho protetivo com as famílias requer uma gama de ações que propiciem conhecê-las em toda a sua dimensão, a fim de subsidiar as estratégias e métodos utilizados com o objetivo de promoção da sua autonomia e emancipação dos sujeitos.

**DESCRITORES:** Relações Familiares. Serviços de Saúde Mental. Família.

### REFERENCE CENTER FOR SOCIAL ASSISTANCE AND THE CHALLENGE FOR SOCIAL WORK WITH VULNERABLE FAMILIES

#### ABSTRACT

This bibliographic study aimed at analyzing the challenge of assisting vulnerable families in the Reference Center for Social Assistance (CRAS). The following legislative instruments were consulted: Brazilian Constitution, Organic Law of Social Assistance, Statute of Child and Adolescent, the Elderly Statute and National Social Assistance Policy. Through literature the results are organized in the sections: Family Configuration in nowadays; National Social Assistance Policy and Family-centered Practice; Social Work Modality developed in CRAS. The study observed that since the creation of LOAS and the approval of PNAS many advances have been achieved in social assistance. However, much more still needs to be done. The dimension of protective work with families requires a series of actions that allow knowing them in all their dimensions, in order to subsidize the strategies and methods used with the goal to promote their autonomy and emancipation of individuals.

**DESCRIPTORS:** Family Relationships. Mental Health Services. Family.

Enviado em: 01/08/2018  
Aceito em: 17/08/2018  
Publicado em: 28/09/2018

## 1 INTRODUÇÃO

O presente artigo aborda o trabalho social desenvolvido pelo Centro de Referência de Assistência Social – CRAS com famílias de vínculos familiares e comunitários fragilizados, com o objetivo de fortalecê-los e prevenir o aparecimento de situações de risco e vulnerabilidade social. O tema em foco foi motivado pela relevância, por parte da política de proteção social básica da função social exercida pela família e pela experiência profissional das autoras deste artigo no CRAS e no Centro de Referência Especializada de Assistência Social - CREAS, respectivamente nos municípios de Feira de Santana e Nazaré – BA.

Compreende-se no processo de construção das famílias na atualidade a composição familiar pode variar em uniões consensuais de parceiros separados ou divorciados; uniões de pessoas do mesmo sexo; uniões de pessoas com filhos de outros casamentos; mães sozinhas com seus filhos, sendo cada um de um pai diferente; pais sozinhos com seus filhos; avós com os netos; e uma infinidade de formas a serem definidas, colocando-nos diante de novas famílias, diferenciadas do clássico modelo de família nuclear (OLIVEIRA 2009).

Já a política nacional de assistência social e a matricialidade sócio-familiar compreendida pelo viés da Política Nacional de Assistência Social - PNAS (2004) estabelece a garantia e a segurança de uma vivência familiar que é uma das urgências a ser preenchida pela política de assistência social, portanto indica a não aceitação de situações de reclusão, de situações de perda das afinidades. O comportamento entre grupo familiar é próprio da natureza humana, é nessa vivência que se desenvolve sua identidade e seu reconhecimento como sujeito da sua própria história.

O PNAS estabelece ainda, que o CRAS seja um equipamento responsável pela prestação de serviços e proteção social às famílias em vulnerabilidade, através de procedimentos e técnicas que propiciem a acolhida, desenvolva as potencialidades, sua autonomia e emancipação. O CRAS desenvolve o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF, para as famílias em vivência de situação de vulnerabilidade social, objetivando o fortalecimento da função protetiva, prevenção da ruptura dos vínculos familiares e comunitários, promoção do acesso e usufruto de direitos sociais e desenvolvimento de potencialidades.

Estas políticas são ofertadas por meio dos serviços socioassistenciais, socioeducativo e de convivência e projetos de preparação para a inclusão produtiva, procura privilegiar o olhar do usuário, contribuindo para potencializar o seu senso crítico e a sua formação cidadã (BRASIL, 2009).

Nesse sentido, o objetivo geral desse artigo é analisar o desafio do acolhimento às famílias com vínculos familiares fragilizados no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS. Nesse sentido, aprofundamos discussões relativas à compreensão da proteção social básica ofertada pelo CRAS, trazendo reflexões das modalidades de trabalho social com as famílias com intuito de compreender a dimensão territorial do trabalho desenvolvido e destacando a importância do trabalho em grupo para o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.

## 2 MATERIAIS E MÉTODO

Foram utilizadas as concepções teóricas da metodologia qualitativa por esta permitir uma melhor compreensão da realidade social do objeto em questão, e particularmente do objetivo geral da pesquisa que é analisar o desafio do acolhimento às famílias com vínculos familiares fragilizados no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS.

O método utilizado para a realização da pesquisa atendeu a requisitos de estudos bibliográficos. A metodologia engloba todos os passos realizados para a construção do trabalho científico, que vai desde a escolha do procedimento para obtenção de dados, a identificação dos métodos, materiais, instrumentos de pesquisa e definição de amostra, universo, até a categoria e análise dos dados coletados (MINAYO, 1999). Assim, através da pesquisa científica haverá a possibilidade de conhecer melhor a realidade e estudar a partir de referências conceituais e teóricas.

Para o desenvolvimento do referido estudo, realizou-se uma revisão bibliográfica de literatura, a fim de promover a sistematização dos dispositivos de pesquisa e reunião de trabalhos concernentes ao tema em evidência, além de atender aos objetivos propostos. Para isso foi realizado um levantamento de instrumentos legislativos, sendo escolhidos os seguintes: Constituição Brasileira, Lei Orgânica de Assistência Social, Estatuto da Criança e do Adolescente, Estatuto do Idoso e Política Nacional de Assistência Social. Ademais, foram utilizados outros artigos a respeito deste tema, produzidos no Brasil nos últimos anos, para fortalecer a discussão.

O estudo foi analisado sob duas perspectivas: a primeira sob o viés da *construção das famílias na atualidade* e a segunda levando em consideração a *política nacional de assistência social e a matricialidade sócio-familiar*. Esta segunda perspectiva foi apresentada em três vertentes: proteção social básica, serviço de proteção e atendimento integral à família – PAIF e o foco no território.

## 3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

### 3.1 A CONFIGURAÇÃO DA FAMÍLIA NA ATUALIDADE

A família é uma instituição social, e, apesar dos diferentes desenhos e formatações da atualidade se constitui num canal de iniciação e aprendizado dos afetos e das relações sociais, bem como em uma unidade de renda e consumo (CARVALHO, 1995). No entendimento de Maciel (2002), quando o indivíduo nasce, ele não se torna por si só membro de uma sociedade, mas nasce para socializar e torna-se membro da sociedade.

Compreende-se que a família, da forma como vem se modificando e estruturando nos últimos tempos, impossibilita identificá-la como um modelo único ou ideal. Pelo contrário, ela se manifesta como um conjunto de trajetórias individuais que se expressam em arranjos diversificados e em espaços e organizações domiciliares peculiares. Tais arranjos diversificados podem variar em combinações de diversas naturezas, seja na composição

ou também nas relações familiares estabelecidas (OLIVEIRA 2009).

Na vida de cada indivíduo há uma sequência temporal de fatos e fatores no curso do qual é tendenciado a tomar parte das necessidades da sociedade. Assim, a socialização primária tem um significado importante para o indivíduo, pois implica na apreensão de elementos compreensivos e afetivos, que, combinados em um processo de identificação, vão desenhando uma identidade subjetivamente coerente e plausível no indivíduo.

Esse raciocínio aponta alguns aspectos de caráter mais amplo, para discussão acerca da família, demonstrando que ela é a parte fundamental em que se realiza a socialização primária e que nela o indivíduo vai internalizando o mundo, eliminando assim, os diversos mundos possíveis com representações e significados diferentes do que é colocado pelo mesmo. Devendo crer que, este processo vai formando o homem a partir de todo um contexto de relações sociais, que produzem a socialização primária (MACIEL, 2002).

No início do século XX, houve o predomínio do modelo de família denominado família tradicional, no qual homens e mulheres possuíam papéis específicos, social e culturalmente estabelecidos. Ou seja, havia um aparato social e cultural que estabelecia como naturais alguns papéis atribuídos aos homens e às mulheres (TORRES, 2000). Segundo esse modelo, que seguia de perto a divisão social do trabalho, o homem é o chefe da casa, o provedor da família, sendo responsável pelo trabalho remunerado, tendo autoridade e poder sobre as mulheres e os filhos, apresentando seu espaço de atuação fora do ambiente familiar. A mulher, por sua vez, é responsável pelo trabalho doméstico, estando envolvida diretamente com a vida familiar, dedicando-se ao cuidado dos filhos e do marido, e das atividades realizadas no âmbito da vida privada, do lar (AMAZONAS, 2003).

A partir da segunda metade do século XX a família passou por um processo de intensas transformações econômicas, sociais e trabalhistas (SINGLY, 2000), sobretudo nos países ocidentais. Diversos fatores concorreram para essas mudanças, como o processo de urbanização e industrialização, o avanço tecnológico, o incremento das demandas de cada fase do ciclo vital, a maior participação da mulher no mercado de trabalho, o aumento no número de separações e divórcios, a diminuição das famílias numerosas, o empobrecimento acelerado, a diminuição das taxas de mortalidade infantil e de natalidade, a elevação do nível de vida da população, as transformações nos modos de vida e nos comportamentos das pessoas, as novas concepções em relação ao casamento, as alterações na dinâmica dos papéis parentais e de gênero. Estes fatores, entre outros, tiveram um impacto direto no âmbito familiar, contribuindo para o surgimento de novos arranjos que mudaram a face dessa instituição (BIASOLI-ALVES, 2004).

Estas transformações levaram ao surgimento de configurações da organização familiar diferentes do modelo anterior. Começa, então, a emergir uma nova concepção de família, denominada de família igualitária. Nessa nova estruturação, homens e mulheres estão

atuando em condições mais ou menos semelhantes no mercado de trabalho formalmente remunerado, começando a dividir entre si o trabalho doméstico e a educação dos filhos, ainda que a maior parte destas tarefas se mantenha a cargo da mulher, que vem confrontando os desafios do mundo do trabalho procurando conciliar a vida profissional e familiar (SCAVONE, 2001).

Assim, frente a tais alterações, a tendência atual da família moderna é ser cada vez mais simétrica na distribuição dos papéis e obrigações, ou seja, uma família marcada pela divisão entre os membros do casal referente às tarefas domésticas, aos cuidados com os filhos e às atribuições externas, sujeita a transformações constantes, devendo ser, portanto, flexível para poder enfrentar e se adaptar às rápidas mudanças sociais inerentes ao momento histórico em que vivemos. No que diz respeito às relações entre pais e filhos, esse padrão também se modificou, não sendo mais baseado na imposição da autoridade e sim na valorização de um relacionamento aberto, pautado na possibilidade de diálogo o que é considerado um elemento importante dentro do contexto familiar, no que se refere à convivência entre os membros da família (LISBOA, 1987).

Essas inovações e reformulações do modelo anterior demonstram que a família passou, e continua passando, por vigorosas mudanças em sua organização, seja em termos de composição ou em relação às formas de sociabilidade que vigoram em seu interior (ROMANELLI, 2002). Contudo, apesar de tais transformações, a família ainda mantém o papel específico que exercia no contexto social e continua a ser uma instituição reconhecida e altamente valorizada, uma vez que prossegue exercendo funções capitais durante todo o processo de desenvolvimento de seus membros.

### 3.2 POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E A MATRICIALIDADE SÓCIO-FAMILIAR

A Constituição Brasileira estabelece no art. 226 que a “família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado”, ratificando o art.16 da Declaração dos Direitos Humanos, que define a “família como sendo o núcleo natural e fundamental da sociedade, e com direito à proteção da sociedade e do Estado”. Também, é reconhecida a primazia da família na Lei Orgânica de Assistência Social, Estatuto da Criança e do Adolescente e Estatuto do Idoso (PNAS, 2004).

Segundo o PNAS (2004) nos vários modelos e formatos existentes na atualidade, a família, entendida como conjunto de pessoas unidas por laços consanguíneos, afetivos ou de solidariedade é mediadora das relações entre os sujeitos e a coletividade e geradora de modalidades comunitárias de vida. É constituída por pequenos grupos, com uma variedade de arranjos familiares e se caracteriza como um espaço contraditório, cuja dinâmica cotidiana de convivência é marcada por conflitos e geralmente, também, por desigualdades, além de que nas sociedades capitalistas a família é fundamental no âmbito da proteção social.

Ainda de acordo ao PNAS (2004), a garantia e a segurança de uma vivência familiar são urgências a

serem preenchidas pela política de assistência social, portanto indica a não aceitação de situações de reclusão, de situações de perda das afinidades. O comportamento entre o grupo familiar é próprio da natureza humana, é nessa vivência que se desenvolve sua identidade e seu reconhecimento como sujeito da sua própria história. Contudo no decorrer da vida cotidiana é que são desenvolvidas potencialidades, coletividades e a formação da cultura no meio em que se vive, sobretudo o caráter civilizatório. Os obstáculos gerados por questões individuais, discriminatórias ou grupais estão no convívio humano, e cabe a cada grupo familiar desenvolver boas perspectivas no convívio familiar.

Assim a família passa a se autodelimitar simbolicamente “baseada num discurso sobre si própria”, onde cada família é responsável por sua própria história, pela expressão de sua própria realidade através de sua experiência; a família constrói sua própria imagem, com base na sua cultura, “dentro, portanto, dos parâmetros coletivos do tempo e espaço em que vivemos, que ordenam as relações de parentesco (entre irmãos, entre pais e filhos, entre marido e mulher) (SARTI, 2005, p. 27).

Essa imagem construída sobre si se traduz como um discurso social que se refere a cada grupo familiar como o reflexo de um espelho. Cada família, independente da sua configuração, vai produzir um discurso que mostra como são as relações intersubjetivas dentro do grupo social permeados pelos mitos segundo o que ouve do discurso externo internalizado, mas devolve um discurso sobre si mesma que inclui também sua elaboração, objetivando sua experiência subjetiva (SARTI, 2005).

### 3.3 PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

O Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) é a instituição sede da Proteção Social Básica e agrega os diversos programas desse nível de atenção, com destaque para o Programa de Atenção Integral às Famílias (PAIF) e o Benefício de Prestação Continuada (BPC). Cabe aos profissionais do CRAS atuar frente às situações de vulnerabilidade em que se encontram as famílias-alvo de tais programas, de forma a fortalecer os vínculos sociais e comunitários dessas. Para tanto, o CRAS funciona como um organizador e gerenciador de dispositivos, grupos e instituições que existem no território, articulando-os e promovendo um trabalho continuado voltado para toda a população adscrita (DANTAS, et al., 2011).

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, o CRAS é uma unidade pública estatal descentralizada da política de assistência social, responsável pela organização e oferta de serviços da proteção social básica do Sistema Único de Assistência Social – SUAS nas áreas de vulnerabilidade e risco social dos municípios. Se caracteriza como a principal porta de entrada do SUAS, por ser uma unidade que possibilita o acesso de um

grande número de famílias à rede de proteção social de assistência social (BRASIL, 2009).

O CRAS, como “porta de entrada” para a família usuária da Assistência Social e unidade efetivadora da referência e contra referência na rede socioassistencial objetiva prevenir riscos pessoais e sociais em relação às famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade, decorrente da fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social decorrentes da pobreza, privação de renda, discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, uso de substâncias psicoativas, dentre outras (BRASIL, 2009).

Privilegiando o atendimento integral às pessoas dentro do seu contexto familiar e comunitário, o CRAS promove estratégias de fortalecimento dos vínculos relacionais, contribuindo para que as famílias superem as vulnerabilidades sociais, descubram e reforcem as suas potencialidades, melhorem as condições de vida, enfim, possam ser incluídas socialmente e usufruir dos direitos da cidadania (BRASIL, 2009).

Sendo o CRAS um espaço público descentralizado que atende a uma determinada população, deve possibilitar que o acesso aos serviços e direitos sociais esteja mais inteligível, pois sua principal função é trabalhar diretamente com os membros das famílias referenciadas e demais moradores do território. No desenvolvimento de um trabalho com famílias é essencial conhecer sua formação na sociedade contemporânea a fim de que não ocorram ações pautadas em valores do senso comum e em uma concepção conservadora sobre o que é família.

### 3.4 SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO INTEGRAL À FAMÍLIA – PAIF

O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF consiste no trabalho social com famílias, de caráter continuado, com a finalidade de fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura dos seus vínculos, promover seu acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida.

O PAIF possui um papel estratégico, pois articula e integra os serviços socioassistenciais, programas de transferência de renda e benefícios assistenciais, potencializando o impacto das ações de assistência social para as famílias nos territórios de abrangência dos CRAS. Diante disso estes espaços têm desenvolvido seu trabalho na busca pela construção de vínculos com a população a fim de propiciar junto aos usuários um trabalho que fortaleça a relação presente na comunidade e no seio familiar.

Deste modo, é essencial compreender que para a construção de uma relação democrática e participativa com as famílias e toda a comunidade de referência do CRAS, a igualdade e o respeito devem estar presentes desde a postura dos profissionais, linguagem e atitudes até o local de atendimento, devendo este ser um ambiente designado para o acolhimento aos usuários, criando uma relação que se desenvolve de forma horizontal e não hierárquica (BRASIL, 2004).

Assim, constata-se que a execução de um trabalho efetivo que incida no cotidiano dos usuários contribuindo para que estes se reconheçam como

sujeitos da própria história é um desafio aos profissionais que atuam nesta área e de forma mais específica aos trabalhadores do SUAS no âmbito do CRAS.

### 3.5 FOCO NO TERRITÓRIO

O foco no território, presente no trabalho com as famílias, dá-se em virtude da presença de múltiplos fatores sociais e econômicos, que levam o indivíduo e a família a uma situação de vulnerabilidade, risco pessoal e social. Assim, a territorialização propicia orientar a proteção social na perspectiva do alcance de universalidade de cobertura entre indivíduos e famílias, sob situações similares de risco e vulnerabilidade, na aplicação do princípio de prevenção e proteção pró-ativa, nas ações de Assistência Social no planejamento da localização da rede de serviços, a partir dos territórios de maior incidência de vulnerabilidade e riscos (PNAS, 2009).

Dessa forma, todos os serviços ofertados no CRAS devem ter como foco o atendimento às famílias do seu território, considerando que o contexto familiar é um espaço de formação dos sujeitos e transmissão de valores, e ainda, um local marcado por desejos contraditórios e conflitos humanos. Tal fato se deve ao reconhecimento que o Estado é responsável pela proteção a estas, porém não tem atuado assim ao longo da história.

Portanto, quando a PNAS assume a matricialidade sócio-familiar como base para organização dos benefícios, serviços, programas e projetos desta política estão entendendo que tão importante quanto viabilizar o acesso a bens e serviços é preciso atender as famílias na sua especificidade visando à garantia dos vínculos familiares e comunitários capazes de garantir a proteção social a seus membros.

### 3.6 AÇÕES ESPECÍFICAS PARA FAMÍLIAS COM VÍNCULOS FRAGILIZADOS

O trabalho em equipe é caracterizado pelo processo de transformações ao longo do tempo. Historicamente, surge da necessidade do homem de somar esforços para alcançar objetivos de forma mais fácil e de atender às exigências do processo de produção atual. O trabalho em equipe é uma forma eficaz de estruturação, organização e de aproveitamento das habilidades humanas. Dispõe de uma visão mais ampla e coletiva do trabalho, reforça o compartilhamento de tarefas e as necessidades de cooperação para alcançar objetivos comuns (MOTTA, 2001).

De acordo Teixeira, (2010) o trabalho com grupos implica várias modalidades de trabalho e de acompanhamentos, desde os grupos socioeducativos para a família e seus representantes, até núcleos socioeducativos, com espaço de escuta, de acolhimento, da fala, de reflexão, discussões, aprendizagem; grupos lúdicos, de socialização, de convivência com crianças, adolescentes, jovens e idosos que demandam oficinas de reflexões, reuniões, palestras, campanhas socioeducativas, dentre outros.

Apesar da padronização das ações, dos procedimentos e serviços para cada tipo de grupo, verifica-se a potencialidade do trabalho social nos

CRAS, em especial com grupos, como antídoto a sua transformação em serviço cartorial, de cadastramento, recadastramento, acesso a benefícios, mas de oferta de serviços de suporte à família, que envolva a família e seus representantes com serviços de orientação, informação, conscientização sobre direitos, modos de acessá-los e garanti-los, e reflexão sobre suas dificuldades cotidianas.

De modo geral, as finalidades do trabalho social com famílias, seus membros e indivíduos são definidas pela própria legislação da Assistência Social, materializada nas ações profissionais, serviços e benefícios oferecidos. De acordo com a PNAS o trabalho social com famílias e comunidades no contexto dos CRAS deve ser desenvolvido por equipes interdisciplinares e multidisciplinares. Como papel principal da equipe multidisciplinar, está o de operacionalizar mediações (entrevistas, visitas domiciliares, pesquisas, escuta, acolhimento, encaminhamentos, contatos institucionais, articulações com entidades populares) as quais contribuam para a efetivação da condição de cidadania, das famílias e ou de indivíduos atendidos no CRAS.

Nota-se que estes fatores facilitam o acesso à informação sobre seus direitos, não só no sentido de realizar os devidos procedimentos/encaminhamentos aos recursos institucionais disponíveis, mas também de refletir junto aos familiares sobre as formas de promoção, proteção e recuperação dos vínculos familiares em diferentes níveis (COELHO, 2002). Muitas vezes, a assistência padrão, prestada aos familiares não corresponde às necessidades sentidas pelas famílias. A equipe de profissionais está mais preocupada no cuidado integral do que assistir e cuidar das famílias, mas eles não devem esquecer de que a ação dos familiares é de extrema importância na recuperação dos vínculos familiares (RIBEIRO, 2002).

Muitos são os desafios na contemporaneidade para a implementação da proteção social básica, ofertada pelo CRAS. É importante ressaltar que, desde a criação da LOAS e a aprovação da PNAS muitos avanços foram alcançados na área da assistência social. Mas, muito ainda precisa ser feito. A dimensão do trabalho protetivo com as famílias requer uma gama de ações que propiciem conhecê-las em toda a sua dimensão, a fim de subsidiar as estratégias e métodos utilizados com o objetivo de promoção da sua autonomia e emancipação dos sujeitos.

Para tanto, pode-se dizer então, que o serviço do CRAS deve ter como eixo central a humanização e os aspectos da condição humana, sendo eles afetivos, sociais, culturais e éticos na relação entre o profissional e o usuário, garantindo maior eficácia do serviço (BRASIL, 2003). Assim, fortalecer os vínculos familiares antes de sua dissolução, trabalhar de forma preventiva para evitar riscos e violação de direitos através dos benefícios, programas e trabalho socioeducativo, que visem à autonomia e ao protagonismo desses sujeitos, constituem objetivos do trabalho social com famílias e indivíduos e expressam o grau de adesão à política.

#### 4 CONCLUSÃO

Diante do que foi apresentado, considera-se a necessidade de conjugação de esforços da rede socioassistencial para atender a complexidade que envolve o fortalecimento de vínculos em famílias que vivem em situação de vulnerabilidade social. O CRAS desenvolve papel preponderante, mas, necessita da parceria de outros agentes da rede para atender as inúmeras demandas dessas famílias.

A centralidade na família e a territorialização são fundamentais na proteção social básica e a equipe multiprofissional do CRAS deve conhecer os usuários dos serviços ofertados de forma personalizada, estreitando a relação entre as partes. Também, deve estar suficientemente, capacitada para utilizar uma metodologia com atividades consistentes e potencialmente capazes de atrair o interesse das famílias usuárias.

Nesse contexto, é indispensável à oferta de espaços físicos atraentes e confortáveis, com toda estrutura para um atendimento digno e saudável, e atividade que atendam aos interesses pessoais e profissionais das famílias em foco. Entretanto, a maioria dos CRAS, em todo o país, deixa a desejar nos requisitos básicos que influenciam, diretamente, na execução dos serviços. São encontrados espaços físicos com estrutura inadequada, escassez de móveis e equipamentos de informática, equipes incompletas e profissionais sem a devida qualificação e carga horária suficiente. Isso compromete o trabalho desenvolvido, os seus resultados e impactos.

É preciso que os gestores compreendam a dimensão dos serviços executados pelo CRAS e a necessidade de dar respostas efetivas à situação das famílias que vivem em situação de vulnerabilidade, a fim de efetivar a política de proteção social vigente no país, que defende o seu processo de desenvolvimento e emancipação social.

#### REFERÊNCIAS

AMAZONAS, M. C. L., DAMASCENO, P. R., TERTO, L. M. & SILVA, R. R. Arranjos familiares de crianças de camadas populares. **Psicologia em Estudo**, v. 8 (nº.esp.), p. 201-208, 2003.

BIASOLI-ALVES, Z. M. M. Pesquisando e intervindo com famílias de camadas diversificadas. In: ALTHOFF, C. R.; ELSEN, I.; NITSCHKE, R. G. (Orgs.). **Pesquisando a família: olhares contemporâneos**. Florianópolis: Papa-livro, 2004;

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais do Ministério do Desenvolvimento Social**, 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social** (PNAS). Brasília: MDS\SNAS, 2004;

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Secretaria – Executiva. **Núcleo técnico da política nacional de**

**humanização**. Humaniza SUS Política Nacional de Humanização. Documento para Discussão. Versão preliminar. Serie B. Textos Básicos de Saúde. Brasília, 2003.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional da Assistência Social**. Brasília, nov. 2004. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/suas/publicacoes>>. Acesso em: 03 dez. 2017.

BRASIL. Ministério do desenvolvimento social e combate a fome: Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília, 2004.

CARVALHO, M. do C. B. **A família contemporânea em debate**. 2. ed. São Paulo: EDUC, Cortez, 1995.

COELHO, V. P. **O trabalho da mulher, relações familiares e qualidade de vida**. Revista Quadrimestral de Serviço Social. São Paulo: Cortez, ano XXIII. Famílias, nº 71, 2002.

COSTA, M. D. H. da. O trabalho nos serviços de saúde e a inserção dos (as) Assistentes Sociais. In: MOTA, A. E. et. al. (Orgs.). **Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional**. São Paulo: Editora Cortez, 2006.

DANTAS H. Afetividade e a construção do sujeito na psicogenética de Wallon. In: LA TAILLE, Y.; DANTAS H.; OLIVEIRA, M. K. **Piaget, Vygotsky e Wallon: teorias psicogenéticas em discussão**. 1992.

LISBOA, M. R. A. **A sagrada família: a questão do gênero em famílias católicas**. 1987. Dissertação (Mestrado) – Programa de pós-graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1987.

MACIEL, C. A. B. A família na Amazônia: desafios para a assistência social. **Rev. Sev. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 71, 2002;

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 8. ed. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 1999;

MOTTA, P. R. **Desempenho em equipes de saúde: Manual**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

RIBEIRO.N.R.R. A família enfrentando a doença grave da criança. In: ELSEN, I.; MARCON, S. S.; SANTOS, M. R. **O viver em família e sua interface com a saúde e a doença**. Maringá: Eduen; 2002.

ROMANELLI, G. Autoridade e poder na família. In: CARVALHO, C. B. (Org.). **A família contemporânea em debate**. São Paulo: EDUC/Cortez, 2002.

SARTI, C. A. Famílias enredadas. In: ACOSTA, A. R.; VITALER, M. A. F. (Orgs.). **Famílias: redes, laços e políticas públicas**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SCAVONE, L. Maternidade: transformações na família e nas relações de gênero. **Interface: Comunicação, Saúde, Educação**, v. 5, n. 8, 2001.

TEIXEIRA, S. M Trabalho Interdisciplinar nos CRAS: um novo enfoque e trato à pobreza? **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 9, n. 2, ago./dez. 2010;

OLIVEIRA, N. H. D. **Família contemporânea**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

OLIVEIRA, N. H. D. **Recomeçar: família, filhos e desafios**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

## **SOBRE OS AUTORES**

### **Débora Araújo Leal**

*Instituto Universitario Italiano de Rosário, Argentina*

Pós-Doutoranda em Docência e Pesquisa Universitária pelo Instituto Universitário Italiano de Rosário (IUNIR). Doutora em Educação pela Universidad Internacional Tres Fronteras (UNINTER).

**E-mail:** delleal8@hotmail.com

### **Veronica Alves dos Santos Conceição**

*Universidade Tiradentes, Brasil*

Doutoranda em Educação pela Universidade Tiradentes (UNIT), mestra em Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), Pedagoga pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), graduada em Letras e Literatura Brasileira pela Universidade do Paraná (UNOPAR).

**E-mail:** veronica.alves604@gmail.com

### **Janete Moura Teixeira**

*Universidade Estadual de Feira de Santana, Brasil*

Graduada em Letras e Psicologia pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Mestranda em Artes e Educação pela Universidade Aberta de Portugal (UAB-PT).

**E-mail:** jannyfleur100@hotmail.com